

A MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES



SHEIRE CRISTIANE AGUILAR DE MEDEIROS

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Anhanguera (2014); Especialista em Psicomotricidade pela Faculdade São Luís (2017); Professora de Educação Infantil CEI Angela Maria Fernandes, São Paulo-SP.

RESUMO

O presente estudo tem como tema a contribuição da música na educação básica, apresentando os equívocos e dissabores no processo de ensino aprendizagem da Arte e, em especial da música nos currículos brasileiros. O estudo teve início na observação do fazer musical na educação básica buscando responder ao problema: quais as possibilidades de um trabalho com musicalização na educação básica? O objetivo geral é compreender o papel da música no processo educativo do ensino básico brasileiro. A metodologia aplicada é a revisão bibliográfica de obras, autores e artigos e exploração dos documentos ministeriais e curriculares que orientam a educação brasileira. Os resultados encontrados indicam que mesmo sendo obrigatória a linguagem musical ainda necessita de vários fatores para ser amplamente trabalhada na educação básica, dentre eles desvincular-se da ideia de conteúdo usado como alicerce para demais disciplinas e investimento em capacitação docente.

PALAVRAS-CHAVE: Arte; Educação Básica; Musicalização.

INTRODUÇÃO

A música está presente na sociedade humana desde sempre e é um elemento de encantamento que desperta emoções. Mesmo ocupando um lugar de destaque nas sociedades, dentro do processo educativo, ensinar e aprender música é um desafio. O presente estudo apresenta as contribuições cognitivas, emocionais e pedagógicas da música na educação básica, bem como os equívocos e dissabores no processo de ensino aprendizagem da Arte e, em especial da música nos currículos brasileiros.

O estudo teve origem na inquietação docente frente ao trabalho musical realizado nas escolas de Educação Infantil e delimitou-se a investigar a influência da música na aprendizagem, a legislação e os currículos nacionais de escolarização básica, nos quais seu ensino é obrigatório, buscando somar argumentos para se modificar as práticas descontextualizadas em relação ao oferecimento da música na educação.

Nesse sentido, o problema investigado é quais as possibilidades de um trabalho com musicalização na educação básica? O objetivo geral é compreender o papel da música no processo educativo do ensino básico brasileiro, os objetivos específicos são apresentar o percurso histórico da música nos currículos nacionais, discutir os desafios encontrados no oferecimento de musicalização no processo de ensino aprendizagem e apontar as contribuições da música para o desenvolvimento humano.

A partir do estreitamento com as pesquisas verificou-se que há um significativo número de estudiosos que apontam a necessidade de proporcionar um contato amplo com a linguagem musical que permitam a construção de mediações e facilitem novos conhecimentos, que podem acontecer de forma significativa e contextualizada, justificativa para a escolha da temática aqui apresentada.

As mudanças na legislação possibilitaram ampliação de estudos sobre a infância, o desenvolvimento e a aprendizagem, e nesse sentido é consenso que a música é importante no desenvolvimento do ser humano. Os estudos advindos das neurociências apontam a música como um recurso externamente eficiente o desenvolvimento humano, principalmente no início da vida, bebês já nos primeiros três meses de vida, possuem percepção sobre música, o conforto melódico, diferenciam consonâncias e dissonâncias e as mudanças rítmicas (MUSZKAT, 2011).

É uma pesquisa de revisão bibliográfica, a partir dos artigos presentes na plataforma online www.scielo, de obras e autores já amplamente utilizados no fazer pedagógico desta pesquisadora: Zagonel (2013) Brito, (2003), Passarini et al., (2013)., Dória (2013), Fonterraba (2008) bem como dos documentos ministeriais Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, PCN Arte, 1997) e Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, BNCC, 2017).

A TRAJETÓRIA E A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A música é um elemento relevante na educação por seu valor pedagógico, emocional, estético e cognitivo. É um campo com linguagem própria, mas que também oferece inúmeras possibilidades de trabalho interdisciplinar (CORREIA, 2010). Os esforços dos profissionais da área musical para sua efetiva inclusão nos currículos da educação básica brasileira é uma luta constante, há pesquisas acadêmicas, congressos anuais e livros e artigos sobre sua inserção, mobilização de professores, dentre outras ações para que se formalize uma educação musical coerente com a formação de estudantes, contudo ainda é possível observar que há equívocos e desencontros em relação ao fazer musical nas escolas (AMUI e GUIMARÃES, 2016).

A música atualmente é um conteúdo obrigatório na educação básica, em acordo com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, BNCC, 2017) que a traz dentro do campo das linguagens, pois defende que as atividades humanas são realizadas por diferentes linguagens, sendo elas a linguagem verbal, corporal, visual e sonora e digital. A partir dessas práticas a BNCC aponta que há os processos de interação nos quais são constituídos os sujeitos sociais.

O ensino de música está então atrelado ao ensino de Arte e integrado à área das linguagens (Arte, Língua Portuguesa e Educação Física), o qual é explorado através de parâmetros de som, práticas pedagógicas diversas, como jogos musicais. Em acordo com a BNCC a finalidade é possibilitar aos estudantes a ampliação das capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, bem como aprender sobre os conhecimentos específicos sobre essas linguagens, dando continuidades as experiências já apresentadas desde a educação infantil (BRASIL, BNCC, 2017, p.63 apud CAMARGO, 2020)

Há uma ampla discussão sobre a aplicação e organização da música no cenário educacional brasileiro na contemporaneidade e, em acordo com Pederiva e Nassif (2019) observa-se que historicamente há um enorme descompasso entre suas formas de concebê-la e suas práticas no espaço escolar, no qual ainda é aplicada como lazer, entretenimento, terapia, auxílio para outras disciplinas e ferramenta de controle de comportamento ou ainda como instrumento de memorização, o que se distancia dos conteúdos próprios dessa linguagem, deixando-a em segundo plano.

CONTEXTO HISTÓRICO DA ARTE E MÚSICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Historicamente, o processo de ensino aprendizagem de arte no Brasil passou por contantes reconstruções e ao observar como a música foi ensinada e aprendida nos últimos setenta anos nota-se que em sua trajetória no contexto educativo foi repleta de equívocos e de falácias. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, PCN Arte, 1998) aponta-se que o percurso do ensino da música na escola passou por diversas ressignificações, coincidindo com as transformações educacionais que caracterizaram o século XX, dentre as quais o deslocamento da atenção que, na educação tradicional era centrado apenas na transmissão de conteúdos, e na atualidade é no processo de aprendizagem (BRASIL, PCN ARTE, 1998, p. 20).

Historicamente o ensino em Música na educação obteve no Canto Orfeônico seu maior expoente (1930), sendo o projeto preparado pelo compositor Heitor Villa-Lobos, que tinha como objetivo “levar a linguagem musical de maneira consistente e sistemática a todo o País”, defendia as ideias de “coletividade e civismo, princípios esses que se esperavam dentro do momento político vivido pelos brasileiros” (BRASIL, PCN ARTE, 1998, p. 23)

O projeto Villa-Lobos encontrou dificuldades práticas na orientação de professores, assim a aula de música acabou por se transformar em apenas teoria musical baseada “nos aspectos matemáticos e visuais do código musical com a memorização de peças orfeônicas”, que, refletindo a época, eram de caráter folclórico, cívico e de exaltação. O projeto de Canto Orfeônico somente terminou em 1961, sendo substituído pela Educação Musical, criada pela Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Brasileira/1961 (BRASIL, PCN ARTE, 1998, p. 23). Nesse projeto “todos ficavam estáticos por horas reproduzindo músicas do cançãoeiro popular”, não havia prazer e nenhuma nova aprendizagem sobre as linguagens musicais (SOARES, CERVEIRA e MELLO, 2019).

Já para os estudantes nascidos em 1960 nem sequer houve um ensino de técnicas, pois o período foi marcado por crescente desvalorização da educação na inserção dos estudantes na história e cultura popular brasileira. Na década de 1970 a educação musical fez parte das aulas de educação artística e paulatinamente perdeu espaço nos currículos. Nas últimas décadas faz parte do currículo da disciplina em artes da educação infantil ao ensino fundamental. Em acordo com Soares, Cerveira e Mello (2019, p.2) “na escola pública a música continua fora do currículo da escola regular” e o que se presencia é seu uso em projetos relacionados à escola em tempo integral.

Com as mudanças no processo de ensino aprendido em arte, promovido em grande parte pela pressão dos arte educadores na Constituição de 1988 uma concepção diferente em arte trouxe uma nova tendência “de um lado, a revisão crítica da livre expressão; de outro, a investigação da natureza da arte como forma de conhecimento”. E, assim como em todos os momentos históricos, o pensamento produzido por esses autores estava estreitamente vinculado às tendências do conhecimento da época, manifestadas principalmente “na linguística estrutural, na estética, na pedagogia e na psicologia cognitivista” (BRASIL, PCN ARTE, 1998, p. 21).

Até os anos de 1970, as instituições escolares brasileiras viveram outras experiências no processo de ensino e aprendizagem de arte, “sustentado pela estética modernista e com base na tendência escolanovista”. Nesse período o ensino de Arte voltou-se para o desenvolvimento natural da criança, centrado no respeito às suas necessidades e valorizando suas formas de expressão e de compreensão do mundo. Diferente das práticas pedagógicas na escola tradicional que eram diretivas, com ênfase na repetição de modelos e no professor (BRASIL, PCN ARTE, 1998, p. 23).

Em acordo com os textos ministeriais somente quando a educação começou a transformar-se mudando seu pressuposto de aprendizagem centrada na transmissão de conteúdos e voltou-se para o aprendizado centrado no aluno que tem início mudanças mais significativas no ensino de arte e, especificamente de música. O avanço dos estudos do século XX em diversas áreas das ciências humanas como a antropologia, filosofia, psicologia, psicanálise, crítica de arte, psicopedagogia e das tendências estéticas da modernidade contribuíram para promover os princípios inovadores no ensino de artes plásticas, música, teatro e dança na educação básica brasileira (BRASIL, PCN ARTES, 1998)

Contudo, os princípios que reconheciam a arte da criança como manifestação espontânea e autoexpressiva com propostas centradas no desenvolvimento dos estudantes buscavam valorizar a livre expressão e a sensibilização para a experimentação artística como orientações que visavam o desenvolvimento do potencial criador, o lado positivo foi a valorização da produção das crianças, mas pelo lado negativo essa prática com o passar do tempo começou a apontar para uma metodologia do “deixar fazer” e “aprender a fazer, fazendo” o que acontecia sem qualquer intervenção, “ou de forma mecanizada, gerando deformações e simplificações da ideia original” (BRASIL, PCN ARTE, 1998, p. 20).

Até a primeira metade do século XX, as disciplinas “Desenho, Trabalhos Manuais, Música e Canto Orfeônico” compunham os programas curriculares das escolas primárias e secundárias, “concentrando o conhecimento na transmissão de padrões e modelos das culturas predominantes”. E ensino de Arte era voltado essencialmente para o domínio técnico e que tinha em comum, sempre, a reprodução de modelos (BRASIL, PCN ARTE, 1998, p. 22). A música foi incluída na educação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (BRASIL, Lei nº. 4.024/61) que estabeleceu a educação musical como prática educativa.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal a discussão se ampliou e a convicção dos profissionais sobre a importância do acesso dos alunos do ensino básico as aulas de Artes promoveu manifestações e protestos de inúmeros educadores contrários à versão que retirava a obrigatoriedade da disciplina do currículo (DORIA, 2013, p. 10).

Em 1996, a LDB nº. 9.394, revogou as considerações da Constituição e estabeleceu a obrigatoriedade da disciplina na educação básica: “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (art. 26, §2º). (BRASIL, LDB, 1996).

No fim da década de 1990, as novas tendências curriculares em Arte, têm como características as reivindicações de identificar a área por Arte. Com conteúdo próprio ligado à cultura artística e não apenas como atividade. Assim, têm se afirmado pela abrangência e por envolver ações que, sem dúvida, estão interferindo na melhoria do ensino e da aprendizagem de arte: “educação estética, a estética do cotidiano, complementando a formação artística dos alunos” (DORIA, 2013, p. 10).

A partir de 1997 a Arte passa a ser vista como uma área de conhecimento, e com a Lei nº 11.786/2008, passa a ser obrigatório nas escolas, para Doria (2013, p. 10) “não quer dizer que se criou uma nova disciplina, mas sim que o ensino de música deve ser presente nos currículos”.

A partir de 2012 todas as escolas públicas e privadas do Brasil deveriam incluir o ensino de música em suas grades curriculares. A exigência se institucionalizou com a Lei nº 11.769 de agosto de 2008, que determina que a música deva ser conteúdo obrigatório em toda a Educação Básica, alterando a Lei 9.394 de 1996.

Já nos referenciais de 1998 apontava-se que “a música deve ser construída, não é um produto pronto com atividades voltadas à criação e elaboração musical”, mas o que se viu foi a defasagem entre o trabalho realizado na área de Música e nas demais áreas do conhecimento, fortemente caracterizado pela reprodução e imitação em detrimento de atividades voltadas à criação e à elaboração musical (BRASIL, 1998, v. 3, p. 47).

Em 2017 foram publicados os novos documentos ministeriais curriculares nacionais - Base Nacional Comum Curricular - BNCC- com intuito de nortear os sistemas de Ensino brasileiros e as propostas pedagógicas de todas as instituições educativas. Em acordo com a definição prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº. 9.394/1996). O documento estabelece conhecimentos, habilidades e competências esperadas dos estudantes em todas as modalidades,

A BNCC traz o conceito de “competências”, que se define como: Mobilização de conheci-

mentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício de cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, BNCC, 2017, p.8).

As mudanças almeçadas demonstram a preocupação com um processo educativo que além de conteúdos contribua com a transformação dos sujeitos, contudo ao incluir a música no campo das linguagens a BNCC deu a linguagem artística uma conotação de “não importante”, facilmente compreendida como conteúdo dentro de outras disciplinas, acarretando negligência aos conteúdos próprios da disciplina de arte (CAMARGO, 2020).

A CONTRIBUIÇÃO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO

No mundo atual, mesmo com a enorme diversidade sonora, observa-se que as crianças ao ingressar na escola têm um repertório musical muito limitado, geralmente composto por canções presentes nos meios de comunicação, atualmente percebe-se a influência das mídias digitais e dos celulares no gosto dos estudantes, o que aponta a necessidade de oferecer, apresentar e apreciar opções diversas. Fonterraba (2008) chama-nos a atenção para o trabalho com a música, e que esse contribui para a “melhoria da qualidade de vida” e, assim é preciso que seja oportunizada não somente como forma de lazer e recreação. O docente precisa qualificar-se na busca de uma “prática musical contextualizada e criativa” (FONTEERRABA, 2008, p. 230).

Mesmo diante das inúmeras mudanças na legislação e nos currículos o papel da música nas sociedades ainda preserva muito do ritual e tradição, sejam com os estudantes indígenas, com as crianças integrantes de comunidades musicais, como os filhos de integrantes de Escolas de Samba, Congadas, Siriris etc. que mantém a tradição musical presente até os dias atuais (BRASIL, RCNEI, 1998, v. 3, p. 48).

Compreendendo o papel positivo de ter a musicalização presente na educação básica defende-se aqui a importância de ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brincadeiras rítmicas, jogos de mãos, dentre inúmeros outros exemplos, pois a prática demonstra que atividades musicais despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, dessa forma, na atualidade compreende-se que “aprender música significa integrar experiências que envolvem a vivência, a percepção e a reflexão, encaminhando-as para níveis cada vez mais elaborados” (BRASIL, v. 3, 1998, p. 48).

Mesmo sendo obrigatória na legislação a educação musical na atualidade enfrenta desafios em relação as suas práticas, pois a música na escola permanece sendo considerada atividade lúdica e recurso didático secundário, docentes a usam para ilustrar conteúdos e gestores a usam para envolver a comunidade em eventos festivos, Soares, Cerveira e Mello (2019) destacam que:

A música na escola se distancia dos processos de educação musical, pois se por um lado não envolve e não valoriza a audição dos alunos, não educa sensibilidades e nem cria necessidades humanizadoras, por outro não auxilia os alunos a se perceberem como sujeitos capazes de produzir música (SOARES, CERVEIRA e MELLO, 2019, p.2).

Para os autores é importante defender uma educação musical humanizadora que constitua, valorize e desenvolva as capacidades de apropriação do mundo pelos sujeitos, por acreditam na urgência de uma nova cultura escolar, destacando a música como fonte de qualidades humanas.

Os documentos ministeriais apontam que as atividades que envolvam música são relevantes, por ser este um excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio e da autoestima das crianças e, partindo do pressuposto que o ensino da Arte é relevante na formação do ser humano, e dentro das possibilidades de trabalho será aqui destacada a importância do trabalho com a linguagem musical desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental.

Por meio de um trabalho com a linguagem musical é possível desenvolver uma ampla variedade de aspectos do ser humano, de maneira lúdica e espontânea, contudo “exigem de quem a prática precisão, constância e determinação”. Em acordo com Fonterraba (2008) as habilidades necessárias à vida podem e devem ser aprimoradas através da prática musical (FONTEERRABA, 2008, p. 96).

São inúmeras as contribuições da música nas mais diversas áreas do desenvolvimento infantil, na área “física (corpo e voz), na área sensorial (percepções), na área sensível (sentimentos e afetos) bem como na área mental (raciocínio lógico, reflexão)” (FONTEERRABA, 2008, p. 96).

Em acordo com Muszkat (2011) o trabalho com os ritmos diversos e a confecção de instrumentos proporciona a exposição desde cedo à música contribui para a construção de um “cérebro biologicamente mais conectado, fluido, emocionalmente competente e criativo”, em seus estudos aponta também que as crianças que estão inseridas em ambientes sensorialmente enriquecedores apresentam “respostas fisiológicas mais amplas, maior atividade das áreas associativas cerebrais, maior grau de neurogênese” (formação de novos neurônios em área importante para a memória como o hipocampo) e “diminuição da perda neuronal (apoptose funcional)” (MUSZKAT, 2011, p.69).

A música também favorece “a ativação dos chamados neurônios em espelho, localizados em áreas frontais e parietais do cérebro, e essenciais para a chamada cognição social humana”, um conjunto de processos cognitivos e emocionais responsáveis pelas funções de empatia, ressonância afetiva e compreensão de ambiguidades na linguagem verbal e não verbal (MUSZKAT, 2011, p.69)

As novas concepções no ensino em arte desenvolvidas nas últimas décadas buscam combinar a metodologia do ensino da música e o conteúdo trabalhado, superando assim o aprendizado somente da técnica, e oportunizando a “sensibilização à música e ao crescimento pessoal por meio da expressão espontânea” (ZAGONEL, 2012, p.127).

Para Doria (2013) é positivo o trabalho com a música sob a perspectiva sócio interacionista, pois dentre outras contribuições oportunizam a composição de novos acervos didáticos pedagógicos que consistem na seleção de obras representativas de grupos e sociedade que são valorizadas, dentro de determinada época e cultura, construindo assim nos aprendizes uma interação que possibilita transformação.

Tanto Zagonel (2012) quanto Doria (2013) defendem a necessidade de qualificação docente

para o ensino de música, pois não basta apresentar suportes musicais aos estudantes, mas é preciso que se promova uma interação entre a arte e o conhecimento, cultivando o hábito de apreciar, interpretar e criar artisticamente.

O trabalho com a linguagem musical, segundo Cunha e Volpi (2008) é relevante na educação básica por seus inúmeros benefícios nas atividades que exigem disciplina, concentração, desenvolvimento das funções cognitivas e criativas, expressão de sentimentos, desenvolvimento da vida afetiva e social” e defendem:

Experiências musicais são favoráveis tanto do ponto de vista acadêmico e intelectual, como também sob a perspectiva de que os aspectos musicais, artísticos e estéticos inerentes à arte musical aproximam os alunos da produção cultural enriquecendo suas vidas. (COSTA-GIOMI, 2006; SEKEFF, 2002 apud CUNHA e VOLPI, 2008, p. 88).

Dentro do contexto educacional as atividades criativas e expressivas a partir do trabalho com música vêm assumindo um papel de destaque nas ações de prevenção e reabilitação cognitiva, emocional, social de crianças e jovens, dessa forma a “musicoterapia” apresenta-se como uma opção de trabalho com a arte ao possibilitar que a pessoa interaja com a linguagem musical e leve os sujeitos a “perceber-se na expressão de seu repertório de significados e sentidos afetivo-musicais” e isso os impulsiona a “apropriar-se de sua realidade passando a agir no meio social de forma mais crítica e criativa” (CASTRO, ABRAMOVAY, ANDRADE, 2001 apud CUNHA e VOLPI, 2008, p. 89).

Dentre os desafios a serem enfrentado pela oferta de bons trabalhos com musicalização na educação básica Brito (2003) aponta o despreparo da maioria dos educadores musicais em relação ao “permitir-se explorar e criar junto com a criança, desconstruindo estruturas rígidas e ultrapassadas”, pois é necessário o conhecimento em relação da criança com a música e destaca:

Ensinar música, a partir dessa ótica, significa ensinar a reproduzir e interpretar músicas, desconsiderando a possibilidade de experimentar, improvisar e inventar como ferramenta pedagógica de fundamental importância no processo de construção do conhecimento musical (Brito, 2003, p. 52 apud PASSARINI et al, 2012, p. 4).

Nos estudos de Passarini et al., (2012) o processo de ensino aprendizagem da música acontece por diversas experiências entre o corpo e no movimento, na escuta, no respeito ao tempo e espaço do outro, na espontaneidade e na capacidade criativa na relação com esse outro e são aprendizagens que promovem mudanças e desenvolvimento pessoal, possibilitadores de expressões sonoro-musicais não verbais e o desenvolvimento das habilidades musicais, todos em um mesmo nível de importância.

Em acordo com Britto (2003) a escuta é importante por estimular a atenção e concentração e promover a consciência com relação aos elementos sonoros e as diferentes sensações provocadas pelo som, considerando ainda a importância do ambiente no qual os aprendizes estão inseridos como fonte de paisagem circundante, destacando mais uma vez o papel dos educadores ao promover “informações e vivências que irão enriquecer e ampliar a experiência e o conhecimento das crianças”, não somente sob a ótica musical, mas integralmente, o que deve ser o “objetivo prioritário de toda proposta pedagógica” (BRITO, 2003, p. 45).

O importante é a criança, o sujeito da experiência e não somente a música, como muitas situações de ensino musical insistem em considerar: “a educação musical não deve visar à formação de possíveis músicos, mas sim a formação integral das crianças hoje” (BRITO, 2003, p. 45).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na educação formal a música desempenhou diversas funções e foi aplicada de muitas formas conforme apontaram autores e documentos ministeriais consultados, atualmente está presente na educação básica dentro do campo Linguagens, sendo defendida como produção social, cultural e histórica de cada povo, já que sempre esteve associada às tradições e às culturas de cada época.

Por apresentar estreita relação com os estudantes em fase de desenvolvimento a linguagem musical possibilita um trabalho significativo e contextualizado no qual a partir das interações entre as crianças e as atividades musicais constituem-se um fator determinante para uma aprendizagem tanto cognitiva como global dos sujeitos e assim por sua relevância no desenvolvimento deve ser trabalhada desde os anos iniciais na da escolarização.

Com o delineamento da revisão bibliográfica pode-se perceber que a importância da música, enquanto articuladora do desenvolvimento do ser humano, e de suas habilidades e capacidades físicas, psicológicas, cognitivas, sociais e culturais foi possível responder ao problema inicialmente levantado e compreender que as atividades com a linguagem musical possibilitam diversas aprendizagens, contudo ainda é preciso qualificar os profissionais.

O objetivo da pesquisa era compreender a contribuição da musicalização na educação básica e após o estreitamento com obras, autores e na observação da prática em sala de aula é possível afirmar que o trabalho com a música contribui em diversos aspectos, inclusive na melhoria da qualidade de vida, portanto precisa ser oportunizada não somente como forma de lazer e recreação, mas a partir de um trabalho com seus próprios conteúdos, permitindo assim sua apreciação, seu fazer e sua experimentação.

Por fim, defende-se que ao ofertar apresentar práticas musicais o profissional contará um recurso relevante para observar, planejar e avaliar a aprendizagem e do desenvolvimento dessa criança de forma global e o presente estudo busca somar argumentos para a construção de um processo de ensinar e aprender música que permita aos estudantes realmente aprofundar-se na fascinante área da linguagem musical.

REFERÊNCIAS

AMUI, Gustavo A.; GUIMARÃES, Fernanda A. do N. **Música na educação básica: referenciais teóricos de periódicos nacionais publicados entre 2000 e 2010**. Per musi, v. 34, ago, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pm/a/wmV3dXR8Mm6TNVkJCTdPRhff/#>. Acesso 10 jul. 2024.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Ministério da Educação e Cul-

tura, Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso 13 jul. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso 07 mar. 2021.

BRASIL. **Lei 11.769 de 18 de Agosto de 2008.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm. Acesso 18 jul. 2024.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil - RCNEI.** Brasília: MEC/SEF, vol. 1 e vol. 3 1998. PDF.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Artes. Brasília, MEC, 1998. PDF.

BRASIL. **Lei inclui artes visuais, dança, teatro e música no currículo da educação básica.** Agência Senado, 2016. Senado Federal. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/03/lei-inclui-artes-visuais-danca-musica-e-teatro-no-curriculo-da-educacao-basica>. Acesso 13 jul. 2024.

BRITO, Teca A. de. **Música na Educação Infantil. Propostas para a Formação Integral da Criança.** São Paulo: Petrópolis, 2003.

CAMARGO, Janete S.da S. M. de. **Arte e Música na Base Nacional Comum Curricular.** Revista Educação Pública, v.20, n.37, sete. De 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/37/arte-e-musica-na-base-nacional-comum-curricular>. Acesso 13 jul. 2024.

CORREIA, Marco Antônio. **A função didático-pedagógica da linguagem musical: uma possibilidade na educação.** Educar em revista, v. 36, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/afngTrrtSZF7t8CxbZFqFMmwP/#>. Acesso 01 jul. 2024.

CUNHA, Rosemyriam; VOLPI, Sheila. **A prática da musicoterapia em diferentes áreas de atuação.** Revista Científica FAP, Curitiba-PR, 2008, v. 3, p. 85-97. PDF.

DORIA, Lílian F. **Metodologia do Ensino em Arte.** Gisele Onuki, Marília Diaz, Bernadete Zagonel (org.). Curitiba: Intersaberes, 2013.

FONTEERRADA, Marisa T. de O. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação.** São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

FONTEERRADA, Marisa T. de O. **Educação musical: propostas criativas. Fundamentos da educação musical.** 2012.PDF.

MUSZKAT, Mauro. Música, **Neurociência e desenvolvimento humano.** Revista Neurociências, n. 8, 2008. Disponível em: http://www.amusicanaescola.com.br/pdf/Mauro_Muszkat.pdf. Acesso 20 jun. 2024.

PASSARINI, Luisuana; AOKI, Thiago t.; PREARO, Pablo de M.; ANDRADE, Andressa L. **A educação musical no desenvolvimento da criança: trilhas da musicoterapia preventiva.** Anais do XIV do Simpósio Brasileiro de Musicoterapia. 2012. Disponível em: <http://www.centrobenenzon.com.br/pdf/educacaomusicalmt.pdf>.>Acesso 08 jul. 2024.

PEDERIVA, Patrícia L. M.; NASSIF, Sílvia C. **Educação musical em diálogo com a perspectiva histórico Cultural.** Caderno CEDES, v.39, n. 107, jan.-abril, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/vcwxLNpxC9BCdPzm8SZpNkB/#>. Acesso 13 jul. 2024.

SOARES, Olavo P.; CERVEIRA, Rosemeire B.; MELLO, Suely A. **Educação Musical na escola: valorizar o humano em cada um de nós.** Caderno CEDES, v.39, n. 107, jan-abr., 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/NMxVRMgG59tDHRffJgt6vP/#ModalTutors> Acesso 29 jun. 2024.

ZAGONEL, Bernadete. **Brincando com a música na sala de aula: jogos de criação musical usando a voz, o corpo e o movimento.** São Paulo: Saraiva, 2012.

ZAGONEL, Bernadete. **Metodologia do ensino em música.** In. Metodologia do Ensino em Arte. Gisele Onuki, Marília Díaz, Bernadete Zagonel (org.). Curitiba: Intersaberes, 2013. p. 18-76